

## **PRR: A necessidade de Garantias**

O movimento estudantil nacional acompanha a temática do alojamento de forma sistemática observando todos os desenvolvimentos nesta área enquanto se esperam soluções claras a longo-prazo que apresentem ao estudante deslocado opções dignas e justas. Em maio de 2018, o governo apresenta o Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior (PNAES) tendo como base a colaboração direta entre Autarquias e Instituições de Ensino Superior (IES) com o mote de combater a crescente falta de alojamento acessível para os estudantes que se encontram deslocados. Este plano contemplava a monitorização do número de estudantes deslocados e das condições oferecidas pelas residências, assim como o número de camas disponíveis para o alojamento estudantil.

O PNAES tem por horizonte duplicar, até 2030, a oferta atualmente existente de cerca de 15 mil camas para estudantes de ensino superior, mobilizando e coordenando esforços das instituições de ensino superior, das autarquias locais e do Estado.

O plano previa-se faseado e incremental, e antevia para o período 2019-2022 a construção, reabilitação e requalificação de mais de 250 de imóveis em todo o território nacional. Abrangia mais de 7500 camas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, considerando um aumento de cerca de 12 mil camas e prevendo a requalificação e melhoria de condições de cerca de 3000 camas já hoje disponíveis.

No início do ano letivo de 2020/2021, confirmava-se a insuficiente subida do número de camas, o Jornal Público confirma que para Setembro de 2020, o Governo tinha prometidas mais 2500 camas para universitários, mas só 300 estavam disponíveis. As medidas descritas não se demonstram suficientes para a resolução do problema e, para além disto, não existe clareza na sua definição, não existindo diretrizes para a implementação e atribuição das camas.

Os objetivos do PNAES que previam a execução de 15 000 camas até 2030, são agora antecipados pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para 2026.

O alojamento estudantil a custos acessíveis, secção do PRR tem como objetivo concreto acelerar a disponibilização de camas a preço regulado até 2026, nomeadamente através da construção, adaptação e recuperação de residências para estudantes, dando prioridade a projetos de reabilitação de edifícios do Estado, de instituições de ensino superior e de municípios, ou outros imóveis disponíveis a construir, garantindo uma boa qualidade do ar e um elevado padrão de eficiência energética, que contribuem para a redução do consumo de combustíveis fósseis.

Mas uma vez que foi clara e perceptível a falta de cumprimento do PNAES, não se verificando um avanço significativo, é necessário traçar um caminho claro que proporcione soluções duradoras e que permitam de forma rápida solucionar o problema do alojamento estudantil.

A falta de execução do PNAES deixa no movimento associativo estudantil o desejo por maior transparência que permita um acompanhamento regular do cumprimento dos objetivos previstos no PRR.

Desta forma, vêm as Federações e Associações Académicas de Estudantes, reunidas em sede de Encontro Nacional de Direções Associativas, nos dias 8 e 9 de maio de 2021, na Covilhã, propor que:

1. A conceção de um plano detalhado com os objetivos anuais de disponibilização de camas até 2026.
  - 1.1. Adicionalmente recomenda-se a disponibilização dos meios a adquirir para alcançar os objetivos supracitados.
2. A divulgação ou partilha regular da sua execução e das novas aquisições em imóveis numa plataforma publicamente acessível.



Proponente: Federação Académica de Lisboa

Destinatários: Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR; Comissão de Auditoria, Controlo e Monitorização da Execução do PRR; MCTES; Partidos Políticos; DGES; CRUP; CCISP.